

Região avança, mas ativistas cobram mais ações

LUTA CONTRA LGBTFOBIA

Região avança, mas ativistas cobram mais ações

Ouvidoria para denúncias e coordenadorias estão entre iniciativas para coibir crimes de ódio

THAINÁ LANA
thainalana@dgabccom.br

No Dia Internacional da Luta Contra a LGBTfobia, celebrado hoje, ativistas do movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais) apontam que as cidades do Grande ABC ainda precisam investir em políticas públicas para frear os crimes de ódio praticados na região. A data busca dar visibilidade às ações que contribuem para o enfrentamento da discriminação e é celebrada hoje porque foi nesta data, em 1990, que a OMS (Or-

ganização Mundial da Saúde) deixou de considerar a homossexualidade como doença.

A criminalização da homofobia e da transfobia foi permitida pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em decisão de junho de 2019, mas pelo quarto ano consecutivo, o Brasil se mantém no topo da lista de países que mais matam pessoas LGBT, conforme aponta relatório do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+. O levantamento mostrou que os casos cresceram 33,3% no ano passado. Em 2020 foram 237 mortes, enquanto 2021 registrou 316 vítimas.

Desde novembro do ano passado que a região possui serviço exclusivo para denúncias desse tipo de crime. Por meio do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, em parceria com a Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania, foi criada ouvidoria que atua em todos os municípios da região. Até o momento o serviço registrou cinco denúncias de LGBTfobia em cinco cidades – São Bernardo e Rio Grande da Serra não enviaram dados. As denúncias são encaminhadas para a Secretaria da Justiça e Cidadania, que fica responsável pelo andamento dos processos.

Marcelo Gil, consultor de políticas públicas LGBTQIA+ e fundador da ONG ABCD'S (Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual), atribui o baixo número de denúncias na ouvidoria à falta de divulgação do serviço. O ativista acredita que a ausência de atendimento humanizado nas delegacias também pode ser outro motivo.

“É importante ressaltar que a homofobia e transfobia são crimes. As pessoas que sofrem LGBTfobia (*termo que engloba os dois grupos*) deixam de fazer a denúncia em muitas vezes devido à falta de atendimento humanizado com essa

população. Existe o medo e o receio do tratamento que elas vão encontrar nesses espaços”, declara Gil. Como alternativa, o consultor sugere ampliação da Decradi (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância) para outras regiões do Estado, como Litoral, Interior e Grande ABC. Atualmente a delegacia conta apenas com uma unidade, na região central da Capital.

Para tentar combater o crime de ódio a essa população, além da ouvidoria regional, Diadema possui coordenadoria de políticas de cidadania e diversidade, que tem como objetivo assessorar o Poder Executivo na articulação, implementação e monitoramento de programas, e ações afirmativas de reparação e combate às desi-

gualdades sociais e raciais. Mauá conta com Conselho LGBTQIA+ para promoção dos direitos da comunidade.

O coordenador de políticas de cidadania e diversidades de Diadema, Robson de Carvalho, acredita que o trabalho conjunto entre as prefeituras é um dos caminhos para coibir a prática discriminatória. “Juntos podemos fazer essa luta em parceria para construção de um Grande ABC mais inclusivo e respeitoso. Nossa luta é diária e queremos a participação de todos nesse desafio”, pontuou.

Denúncias contra LGBTfobia podem ser feitas em qualquer delegacia física ou online; Disque 100 e 190 em caso de flagrante. Os sites das prefeituras da região são os canais para registros nas ouvidorias.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 1